

Esta apresentação dos *Cadernos da Escola do Legislativo* nº 22 pode ser dividida em duas partes. Na primeira, retoma-se a discussão sobre a política editorial deste periódico, reconhecendo avanços e identificando lacunas na edição. Na segunda parte, são apresentados os trabalhos que temos a satisfação de trazer a público.

Esta edição dos *Cadernos* incorpora algumas das diretrizes que orientam a política editorial deste periódico. A começar pela interdisciplinaridade, na medida em que foram selecionados artigos de ciência política, ciência da informação, comunicação e direito, tendo como pano de fundo comum abordagens que ajudam, em alguma medida, a pensar o Poder Legislativo, suas relações com os demais Poderes e com a sociedade, bem como o exercício de suas funções.

Um mapeamento dos autores cujos trabalhos vêm a público nesta edição revela a presença de outras diretrizes, como o propósito de não ser uma publicação composta exclusivamente de pesquisadores regionais, por mais que um predomínio de mineiros seja compreensível. Três dos sete artigos que compõem a edição vieram, respectivamente, de São Paulo, do Paraná

e do Distrito Federal, revelando que os *Cadernos* despertam interesse em pesquisadores de diferentes regiões do Brasil. A presença de apenas um servidor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais entre os autores também é uma diretriz que se faz presente nesta edição. Esse mapeamento, que pode também incorporar os artigos que não foram selecionados e os que estão em processo de avaliação, revela lacunas que apontam a necessidade de os *Cadernos* expandirem sua interação em dois sentidos opostos: de um lado, o interior do Estado, com especial atenção para as instituições de pesquisa, como a Unimontes e as diversas universidades federais; e, de outro, o exterior, atentando-se para a produção acadêmica sobre o Poder Legislativo e o direito parlamentar em diferentes países e idiomas. Essa interação deve ocorrer tanto na captação de artigos para os *Cadernos* (as duas últimas edições tiveram publicação de autores espanhol e mexicano, respectivamente) quanto na divulgação da edição, nos formatos impresso e eletrônico.

Registre-se aqui que todos os artigos foram submetidos a pareceristas com notório conhecimento em suas respectivas áreas, levando os autores, em alguns casos, a revisões pontuais de seus trabalhos e, em outros, a não publicação dos textos, por decisão dos próprios autores ou por orientação do parecerista. Não resta dúvida de que esse mecanismo de avaliação é um processo que qualifica a comunicação científica no Brasil e, por isto, é critério elementar de avaliação de qualquer periódico. Já tivemos a oportunidade de externar que, como diretriz editorial dos *Cadernos*, buscamos o reconhecimento das avaliações de periódicos de diferentes áreas, desde que essa pretensão não comprometa o propósito de esta publicação ser um veículo de comunicação entre pesquisadores acadêmicos e profissionais qualificados que estão no dia a dia da administração pública e da política.

Essa comunicação entre acadêmicos e profissionais da administração pública ou da política não é fácil, porque os pesquisadores não são induzidos pelos critérios de avaliação a produzir conhecimento para esse diálogo. São efeitos colaterais de um sistema de avaliação que, embora importante, precisa de aperfeiçoamento. Os pesquisadores obtêm melhor reconhecimento, por exemplo, se publicarem em revistas estrangeiras, ainda que para serem lidos por um número re-

duzido de pesquisadores altamente especializados. Os profissionais da administração pública e da política, por sua vez, preferem leituras rápidas com respostas específicas para os problemas do dia a dia, evitando textos densos que ofereçam, ora um panorama amplo de sua área de atuação, ora análises profundas, em ambos os casos, sem impacto direto em suas tarefas diárias. Esse diálogo é uma (re)construção permanente da comunicação científica e este periódico, ao lado do curso de especialização e de outras iniciativas, é um instrumento para a sua promoção pela Escola do Legislativo.

No primeiro artigo, o professor Fernando Ribeiro, circulando com maestria pela literatura especializada, aborda tema caro para aqueles que se preocupam com o aperfeiçoamento do Poder Legislativo na ordem democrática: os vínculos entre o regime presidencialista, a relação entre Poderes e a estabilidade política. Para discutir o tema, o autor analisa resultados de diferentes pesquisas comparativas, estabelecendo um nexos com a edição anterior deste periódico, que teve como eixo estudos comparativos de parlamentos.

Ainda na esteira dessa perspectiva, o segundo texto, dos professores Fabiano Maury Raupp e José Antonio Gomes de Pinho, examinam os portais eletrônicos de câmaras municipais de Santa Catarina, um debate valioso em momento no qual a sociedade cobra maior transparência da gestão pública, notadamente a partir da promulgação da Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). O texto revela que o avanço das novas tecnologias não é sequer parecido entre os diversos entes federativos, o que pode representar uma ampliação das desigualdades. Encontramos menos empregos e menos recursos nas cidades pequenas, cujas populações são, em geral, decrescentes, porque as pessoas migram em busca de melhor qualidade de vida. Ali encontramos também menor transparência na aplicação de recursos públicos. Os critérios adotados pelo autores para avaliar os portais são boas indicações para as autoridades locais que queiram aperfeiçoar suas estratégias de disponibilidade virtual de informações.

O terceiro texto, de autoria de Diego Roger R. Freitas, Elisa Maria Pinto da Rocha, Maria Celeste Reis L. Vasconcelos e Simone Cristina Duflath, estabelece certa continuidade em relação ao texto anterior, ao

abordar a conexão entre informação e câmara municipal. Todavia, o recorte metodológico é outro, porque foca o exame em um estudo de caso, a saber, o uso das novas tecnologias para a disseminação de informações referente às audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte no período de junho a dezembro de 2011. Na perspectiva da linha editorial deste periódico, o objeto da pesquisa da qual originou o artigo em questão desperta especial interesse. De um lado, porque, embora seja a audiência pública o principal instrumento de participação popular adotado pelas casas legislativas no Brasil, não recebe a devida importância das pesquisas acadêmicas. O artigo, evidentemente, não supre essa lacuna, mas oferece contribuição fundamental. O segundo aspecto refere-se ao olhar para a articulação de eventos presenciais e o uso das novas tecnologias, comumente examinados de forma estanque.

O quarto texto, de autoria de Ana Paola Amorim, tem em comum com o trabalho anterior o tema da comunicação, mas trata-se de um trabalho de cunho teórico, no qual a autora aborda a correlação entre mídia, opinião pública e legitimidade democrática. Parte-se do suposto de que o declínio da legitimidade democrática das instituições eleitorais – em especial, o Poder Legislativo – proporciona uma descentralização dessa legitimidade, de forma que outras instituições ganham relevo, notadamente a mídia, que tem especial responsabilidade na formação da opinião pública. Mais importante que pensar qual instituição – parlamento, mídia, opinião pública, judiciário – tem maior destaque na produção da legitimidade em uma sociedade democrática nos dias de hoje é refletir sobre as formas de (des)articulação e complementaridade entre elas. Se o artigo em tela cumpre esse propósito, fica a cargo do leitor avaliar.

O quinto artigo nos foi encaminhado pelos analistas legislativos da Câmara dos Deputados Ricardo de João Braga e André Sathler Guimarães, para abordar o debate parlamentar dos temas econômicos. O artigo alimenta uma de nossas ambições editoriais: servir de canal para a reflexão histórica que contribua para pensar o lugar do Poder Legislativo nas democracias. Um outro aspecto que nos parece importante no trabalho refere ao olhar atento para os debates parlamentares, que constituem fonte de justificação e legitimidade

para as decisões legislativas. É surpreendente como tais debates são desconsiderados na interpretação das decisões legislativas aprovadas no Parlamento, como se decisões não tivessem vínculos com os discursos e pareceres que precedem a fase decisória.

Os dois últimos artigos que compõem esta edição derivam da área do direito. O primeiro deles – sexto da edição – oferece-nos uma ampla análise jurídica da relação entre o servidor público e o Estado, abordando o tema também com uma perspectiva histórica, pois parte da origem dessa relação, quando “os cargos pertenciam a determinadas famílias”, passando pelo importante marco da Constituição da República de 1988, até os efeitos de decisões recentes do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Por fim, Thiago Penido Martins e Rodolpho Barreto Sampaio Júnior nos brindam com uma reflexão sobre a hermenêutica constitucional comparada. É importante a recuperação desse tema para pensar o lugar do Poder Legislativo na produção do direito, seja para reafirmar este Poder como um dos intérpretes em uma sociedade aberta a diferentes interpretações da Constituição, seja para reconhecer que o legislador não tem o controle dos sentidos que podem ser atribuídos à norma que ele produz, por mais que sejam aplicadas as melhores técnicas legislativas de redação.

Guilherme Wagner Ribeiro
Editor